

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	33
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	36
--	----

Motivos de Reapresentação	37
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.154.000
Preferenciais	0
Total	1.154.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	95	81
1.01	Ativo Circulante	95	81
1.01.02	Aplicações Financeiras	64	43
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	64	43
1.01.02.01.03	Títulos Avaliados a Valor Justo por meio do resultado	64	43
1.01.06	Tributos a Recuperar	31	38

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	95	81
2.01	Passivo Circulante	211	311
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	88	128
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	88	128
2.01.02	Fornecedores	112	150
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	112	150
2.01.03	Obrigações Fiscais	11	33
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11	33
2.02	Passivo Não Circulante	12	12
2.02.04	Provisões	12	12
2.02.04.02	Outras Provisões	0	12
2.03	Patrimônio Líquido	-128	-242
2.03.01	Capital Social Realizado	3.687	3.087
2.03.01.01	Capital Subscrito	4.176	4.176
2.03.01.02	Capital Social a Integralizar	-489	-1.089
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.815	-3.329

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-223	-491	-462	-912
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-173	-435	-413	-822
3.04.02.01	Despesa com salários	-73	-174	-173	-413
3.04.02.02	Encargos sociais e obrigações trabalhistas	-43	-98	-90	-224
3.04.02.03	Serviços Técnicos Especializados	-57	-161	-148	-181
3.04.02.04	Despesas Legais e Societárias	0	-2	-2	-4
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-50	-56	-49	-90
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-223	-491	-462	-912
3.06	Resultado Financeiro	1	5	27	35
3.06.01	Receitas Financeiras	2	6	29	39
3.06.02	Despesas Financeiras	-1	-1	-2	-4
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-222	-486	-435	-877
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-222	-486	-435	-877
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-222	-486	-435	-877
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,19237	0,00042	-0,06692	-0,13492
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,19237	0,00042	-0,06692	-0,13492

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-222	-486	-435	-877
4.03	Resultado Abrangente do Período	-222	-486	-435	-877

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-579	-1.086
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-486	-877
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-486	-877
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-93	-209
6.01.02.01	Aplicação Financeira	0	-115
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	7	-8
6.01.02.03	Fornecedores	-38	-33
6.01.02.04	Obrigações Fiscais	-22	-41
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-40	-12
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	600	1.089
6.03.01	Integralização de Capital	600	1.089
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	21	3
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21	3

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.176	-1.089	0	-3.329	0	-242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.176	-1.089	0	-3.329	0	-242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	600	0	0	0	600
5.04.01	Aumentos de Capital	0	600	0	0	0	600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-486	0	-486
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-486	0	-486
5.07	Saldos Finais	4.176	-489	0	-3.815	0	-128

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.998	0	0	-1.748	0	250
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.998	0	0	-1.748	0	250
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.089	0	0	0	0	1.089
5.04.08	Integralização de Capital subscrito	1.089	0	0	0	0	1.089
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-877	0	-877
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-877	0	-877
5.07	Saldos Finais	3.087	0	0	-2.625	0	462

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	0	1
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-209	-265
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-209	-265
7.03	Valor Adicionado Bruto	-209	-264
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-209	-264
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5	34
7.06.02	Receitas Financeiras	5	38
7.06.03	Outros	0	-4
7.06.03.01	Despesas Financeiras	0	-4
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-204	-230
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-204	-230
7.08.01	Pessoal	272	637
7.08.01.01	Remuneração Direta	205	479
7.08.01.03	F.G.T.S.	14	45
7.08.01.04	Outros	53	113
7.08.01.04.01	I.N.S.S	53	113
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10	10
7.08.02.01	Federais	10	10
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-486	-877
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-486	-877

Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO - RIO SECURITIZAÇÃO CNPJ nº 22.983.283/0001-71

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2018

A Companhia Carioca de Securitização (“Companhia” ou “Rio Securitização”) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Teve sua constituição aprovada mediante autorização legislativa constante da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012, tendo sido instituída através do Decreto Municipal nº 40.198, de 8 de junho de 2015, e fundada em 30 de junho de 2015.

A Rio Securitização tem por objeto a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012.

A Companhia obteve, em 27 de junho de 2016, o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como emissor sob a categoria “B”, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, razão pela qual está prestando todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa.

A Rio Securitização manteve-se em fase pré-operacional desde a sua constituição até a data deste relatório, não tendo definido quando realizará a aquisição de direitos creditórios nem a emissão de valores mobiliários a serem utilizados como instrumento de captação. Nesse contexto, apurou no segundo trimestre de 2018, prejuízo de R\$ 220.999,54 após resultado financeiro de R\$ 1.551,26 – decorrente basicamente da aplicação dos recursos em cotas de fundos de investimento de baixo risco/exposição, geridos e administrados por instituições financeiras de primeira linha – despesas com pessoal de R\$ 115.770,60 e gerais e administrativas no montante de R\$ 106.290,12

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2018.

Rodrigo Fernandes Barbosa
Diretor Presidente

Jorge Edmundo Ferreira Farah
Diretor Financeiro e
Administrativo

José Marcelo Souza Boavista
Diretor de Relações com
Investidores

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Teve sua constituição aprovada mediante autorização legislativa constante da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012, tendo sua instituição através do Decreto Municipal nº 40.198, de 8 de junho de 2015 e está sob vinculação da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia tem por objeto a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012.

A Companhia obteve em 27 de junho de 2016 o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como emissor sob a categoria “B”, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, razão pela qual está prestando todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa.

Desde a sua constituição até a data deste relatório, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e vem recebendo aportes financeiros de seus acionistas para que possa honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia ainda não definiu a data em que realizará a aquisição de direitos creditórios e nem a data para a emissão de valores mobiliários a serem utilizados como instrumento de captação. A continuidade da Companhia está diretamente condicionada a execução do plano de negócio estabelecido pela Administração.

A Companhia apresenta em 30 de junho de 2018 patrimônio líquido negativo de R\$ 128, prejuízo acumulado no montante de R\$ 3.815 e prejuízo de R\$ 486 no período de seis meses findos nesta data.

As informações trimestrais foram aprovadas pela Administração em 14 de agosto de 2018.

2. Apresentação das informações trimestrais

a) Base de preparação

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e estão de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das informações trimestrais--Continuação

b) Julgamento e estimativas contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis que, por sua vez, se basearam em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor justo a ser registrado.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos e a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

c) Sazonalidade das transações

Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Conseqüentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às informações trimestrais.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

e) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as informações trimestrais foram preparadas com base nesse princípio.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das informações trimestrais--Continuação

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

3. Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das informações trimestrais são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e sem penalidades, com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do trimestre.

b) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável.

c) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência.

d) Ativo circulante

São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data das informações trimestrais e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

e) Passivo circulante e não circulante

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das informações trimestrais.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$60 no trimestre. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do trimestre, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização.

g) Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do trimestre, líquida de qualquer reembolso.

O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências Ativas - não são reconhecidos nas informações trimestrais, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

g) Ativos e passivos contingentes--Continuação

Contingências Passivas - são reconhecidos nas informações trimestrais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação.

h) Resultado por ação básico e diluído

É calculado dividindo-se o resultado do trimestre atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data das informações trimestrais. Em 30 de junho de 2018, não existiam instrumentos emitidos pela companhia com potencial de diluição.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 e geralmente baseado no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual. A Companhia pode classificar seus instrumentos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com ou sem reciclagem, ou ao custo amortizado. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas que tenham sido adquiridos especialmente com a finalidade de negociação de curto prazo.

Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou

O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em "Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida:

a) Participações societárias

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer uma escolha irrevogável por reconhecer em Outros resultados abrangentes as variações no valor justo de participações que não estão mantidos para negociação, nem recebível contingente por parte de um adquirente no caso de uma combinação de negócios, conforme previsto no IFRS 3. Como consequência da opção acima descrita, apenas a remuneração proveniente de dividendos que não representa claramente uma recuperação de parte do custo de investimento é reconhecido no resultado, e qualquer outro ganho ou perda (incluindo aqueles vinculados a variação cambial) é reconhecido nos outros resultados abrangentes. Esses ganhos e perdas permanecem no patrimônio e não podem ser reclassificados para o resultado, mesmo em evento de baixa do ativo. Após a baixa do ativo, a Companhia pode reclassificar o ganho/(perda) acumulado dos outros resultados abrangentes para os lucros ou prejuízos acumulados.

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes--Continuação

b) Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizados, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros.

Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Reclassificações

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no exercício posterior a mudança de modelo de negócio utilizado pela Companhia para administrar seus ativos financeiros.

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num exercício de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializada ainda. Essa regra conduz a uma mudança de conceito concomitante à adoção do CPC 48, que passa a apresentar um modelo de perdas esperadas enquanto um modelo de perdas incorridas era usado no CPC 38.

Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes.

Mensuração

Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimento e são mensuradas conforme a seguir:

- Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo a diferença entre o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber);
- Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido a companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a companhia espera receber; e
- Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a companhia espera recuperar.

Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros.

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Mensuração--Continuação

As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são:

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

- A baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado;
- O não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal;
- A deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional;
- O descumprimento de *covenants*;
- A mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e
- A liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como “perdas acumuladas por redução ao valor recuperável”. Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado.

A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do *input*.

j) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Novas normas e interpretações contábeis

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 30 de junho de 2018.

Os pronunciamentos e interpretações abaixo estão em revisão e/ou discussão pelo CPC, sendo que as possíveis alterações decorrentes do processo de revisão e/ou discussão não estavam em vigor até a data de emissão das informações trimestrais. São eles:

- CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia não adotou de forma antecipada os referidos pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações em suas informações trimestrais de 30 de junho de 2018.

A Administração com base em análises preliminares realizadas até o presente momento, estima que a adoção desses pronunciamentos não impactaria de forma significativa as informações trimestrais da Companhia em 30 de junho de 2018.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nível - valor Justo	30/06/2018		31/12/2017	
		Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Aplicação em cotas de fundos de investimento (i)	2	64	64	43	43

(i) As cotas de fundos de investimentos são precificadas com base nas informações de valor de cota divulgado pelos administradores dos fundos de investimento. Os fundos são administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, o saldo era composto conforme segue:

	Trimestres findos em		Semestres findos em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação	1	27	5	36

6. Fornecedores

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo era composto conforme segue:

	30/06/2018	31/12/2017
Serviços prestados por terceiros	(i) 112	150
	<u>112</u>	<u>150</u>

(i) Em 30 de junho de 2018 a rubrica é composta basicamente por contas a pagar relativos a serviços de auditoria externa e de contabilidade.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Obrigações tributárias

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo era composto conforme segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRRF sobre salário a recolher	10	31
Outros	1	2
	<u>11</u>	<u>33</u>

8. Obrigações trabalhistas

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo era composto conforme segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários a pagar	16	37
Férias	33	18
13ºSalário	10	-
Licença remunerada	-	32
INSS a pagar	20	31
FGTS a pagar	5	10
Honorários conselho fiscal	4	-
	<u>88</u>	<u>128</u>

9. Outras obrigações

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo era composto conforme segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caução de contratos	12	12
	<u>12</u>	<u>12</u>

10. Despesas com pessoal

Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, o saldo era composto conforme segue:

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Trimestres findos em		Semestres findos em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Salários	73	173	174	413
INSS	24	47	54	113
FGTS	7	14	15	44
Férias	8	8	15	15
13º salário	5	5	10	10
Gratificações	0	16	4	42
	117	263	272	637

11. Despesas gerais e administrativas

Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, o saldo era composto conforme segue:

	Trimestres findos em		Semestres findos em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Auditoria e assessoria contábil	56	148	162	181
Anúncios e publicações	45	44	45	80
Legais e societárias	-	2	2	4
	101	194	209	265

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 14 de janeiro de 2016 o acionista da Companhia integralizou o capital social no valor de R\$1.000 subscrito em 2015.

Em 20 de abril de 2016 foi transferida 1 ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A - CDURP

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 13 de setembro de 2016, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, aprovaram o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 3.500 (três mil e quinhentas) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, no montante de R\$998 mil.

Em 16 de março de 2017, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R\$1.089, mediante a emissão de 60.500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, e o mesmo foi integralizado em 30 de março de 2017.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 22 de dezembro de 2017, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$1.089 mediante a emissão de 1.089.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O aporte será integralizado na seguinte forma: (i) R\$500 no prazo de até 30 dias, que ocorreu no dia 15 de janeiro de 2018; e (ii) R\$589 até o final do exercício social pelo Município do Rio de Janeiro, principal acionista da Companhia. Em 29 de junho de 2018 foi integralizado o montante de R\$ 100.

Em 30 de junho de 2018, o capital subscrito é de R\$4.176 e integralizado de R\$3.687, e está representado por 1.154.000 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal.

Conforme o Estatuto Social da Companhia o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$10.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e colocação dos referidos valores mobiliários, observado o direito de preferência de todos os acionistas.

É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais.

12. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Reserva de lucros

A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do trimestre, limitado a 20% do capital social.

c) Dividendos

O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

d) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do trimestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre.

O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre, conforme quadro abaixo:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
ON	1.154.000	65.000
Total de ações	<u>1.154.000</u>	<u>65.000</u>

12. Patrimônio líquido--Continuaçãod) Resultado por ação--Continuação*Movimentação na quantidade de ações*

	<u>Data</u>	<u>Ações</u>
Quantidade inicial	31/12/2016	4.500
Aumento de capital	16/03/2017	60.500
Aumento de capital	22/12/2017	1.089.000
	<u>30/06/2018</u>	<u>1.154.000</u>

Média ponderada do número de ações ordinárias

<u>Data</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Número de dias</u>	<u>Média ponderada de ações</u>
31/12/2017	1.154.000	180	<u>1.154.000</u>
30/06/2018	1.154.000		1.154.000

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>Data</u>	<u>Prejuízo do semestre findo em 30/06/2018</u>	<u>Média ponderada de ações ordinárias</u>	<u>Prejuízo por ação</u>
30/06/2018	(486)	1.154.000	(0,0004)

<u>Data</u>	<u>Prejuízo do semestre findo em 30/06/2017</u>	<u>Média ponderada de ações ordinárias</u>	<u>Prejuízo por ação</u>
30/06/2017	(877)	39.931	(0,0220)

13. Partes relacionadas

a) Controlador

O acionista controlador da Companhia é o Município do Rio de Janeiro com 1.153.499 (um milhão, cento e cinquenta e três mil e quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Administradores

A administração da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração terão remuneração que será fixada na assembleia geral na forma do Estatuto de legislação aplicável.

O decreto RIO nº 43509, de 7 de agosto de 2017, limitou a retribuição pecuniária mensal dos membros do conselho administrativo e fiscais no âmbito da Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro, a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e R\$ 1.000,00 (um mil reais), respectivamente.

Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

Os administradores da Companhia receberam remuneração no valor de R\$73 mil durante o trimestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 173 mil no trimestre findo em 30 de junho de 2017).

14. Contingências

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a Companhia e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

Em 30 de junho de 2018 a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

15. Instrumentos financeiros derivativos

Durante o primeiro semestre de 2018 e exercício findo em 2017 a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

16. Gerenciamento do risco

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores. A Companhia possui ativos financeiros, aplicações em cotas de fundos de investimento, efetuadas com os recursos oriundos do aporte de capital.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Em 30 de junho de 2018 a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário.

Em 30 de junho de 2018 a Companhia não possui ativos financeiros vencidos ou sem perspectiva de recuperação.

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Gerenciamento do risco--ContinuaçãoRisco de liquidez

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de aplicações em ativos financeiros de disponibilidade imediata.

A tabela abaixo resume a expectativa de fluxo de caixa para os ativos financeiros mantidos do balanço:

	30/06/2018		
	Até 360 dias sem vencimento	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	64	-	64
	64	-	64

	31/12/2017		
	Até 360 dias sem vencimento	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	43	-	43
	43	-	43

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

16. Gerenciamento do risco--Continuação

A tabela abaixo apresenta análise do fluxo de caixa para os passivos financeiros na data do balanço:

	30/06/2018		Total
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	
Obrigações trabalhistas	88	-	88
Fornecedores	112	-	112
Obrigações tributárias	11	-	11
Outras obrigações	-	12	12
Total	211	12	223

	31/12/2017		Total
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	
Obrigações trabalhistas	128	-	128
Fornecedores	150	-	150
Obrigações tributárias	33	-	33
Outras obrigações	-	12	12
Total	311	12	323

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Carioca de Securitização

Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o CPC 21 (R1), assim como a apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e apresenta, em 30 de junho de 2018, patrimônio líquido negativo de R\$128 mil, prejuízo acumulado de R\$3.815 mil e prejuízo de R\$486 mil no período de seis meses findo naquela data. A continuidade da Companhia está diretamente condicionada a execução do plano de negócio estabelecido pela administração. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

Revisamos, também, as demonstrações dos valores adicionados (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações trimestrais é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Rodrigo De Paula

Contador CRC-1SP224036/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2018.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2018.

Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Presidente

Jorge Edmundo Ferreira Farah

Diretor Administrativo-Financeiro

José Marcelo Souza Boavista

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referentes às informações trimestrais da Companhia relacionadas ao trimestre findo em 30 de junho de 2018.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2018.

Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Presidente

Jorge Edmundo Ferreira Farah

Diretor Administrativo-Financeiro

José Marcelo Souza Boavista

Diretor de Relações com Investidores

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	023949ITR300620180100077405-70 Motivo da Reapresentação: Correção do campo Número do Trimestre Atual: De 1 para 2.